

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Astrologia e poder: o caso de Marcus Manilius

Ana Teresa Marques Gonçalves

Resumo: O objetivo deste trabalho é refletir sobre a relação que se estabelece entre astrologia e poder, para o fortalecimento da *auctoritas* imperial, durante o Principado Romano.

Palavras-Chave: Poder - Astrologia - Império Romano.

Abstract: The purpose of this paper is to ponder about the astrology and power relations, whereas the imperial *auctoritas*, during the Roman *Principatus*.

Keywords: Power – Astrology - Roman Empire.

Nossa atenção para a relação que se estabeleceu entre astrologia e poder durante o Principado em Roma, e a utilização de argumentos astrológicos para a sustentação de uma *auctoritas* imperial, foi despertada por uma passagem da obra *História Romana* de Dion Cássio. Este autor nos informa que Septímio Severo mandou pintar nos tetos das salas do Palácio, nas quais fazia os julgamentos, o seu horóscopo, ou seja, mandou pintar como estavam posicionados os corpos celestes no céu no dia do seu nascimento, com exceção da porção do céu que determinava a hora exata de seu nascimento, para que as pessoas que vissem as pinturas soubessem que ele era um protegido pelos deuses, mas que não tivessem como fazer a análise total do horóscopo e não pudessem fazer previsões a partir disso, principalmente a respeito da duração de seu governo e da data de sua morte (Dion Cássio, LXXVII, 11.1).

Sabemos também que Septímio foi um governante bastante ligado aos astros, aos poderes mágicos, aos horóscopos, ou seja, a tudo aquilo que poderia lhe dar vistas de como melhor governar e indicações de que ele era o Imperador determinado e protegido pelas divindades. Segundo a *História Augusta*, Severo demonstrava acreditar bastante na ação de forças sobrenaturais no desenrolar da vida humana. Ele teria se casado com Júlia Domna porque ela tinha um horóscopo que indicava que seria a esposa de um Imperador (HA, Vida

de Severo, III.2) e foi após interpretar o horóscopo de Geta que ele resolveu colocá-lo na linha sucessória junto com Caracala, dando-lhe o nome de Antonino e os títulos sucessivos de César e Augusto (HA, Vida de Antonino Geta, II.1).

A crença de Septímio nas forças cósmicas e na possibilidade dos astros lhe revelarem a vontade divina nos importa pouco neste texto. O que ganha relevo histórico é sua preocupação em utilizar elementos astrológicos para garantir a adesão de grupos sociais de apoio ao seu governo e para justificar sua ascensão ao cargo imperial e sua manutenção no mesmo, possibilitando legitimidade para governar o Império, a partir de um discurso de poder que usava argumentos astrológicos. Como afirma Georges Balandier:

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. (...) Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. (...) A hierarquia é sagrada (...) e o soberano depende da ordem divina, dela fazendo parte ou recebendo o seu mandato. Logo o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação. É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente. Este gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança (BALANDIER, 1982:7).

Para Ramsay MacMullen, a proeminência política do Imperador Romano era construída pelas suas relações de amizade, pela sua educação eloqüente, pelo seu conhecimento da lei, pela sua riqueza e pela demonstração de que sua escolha como chefe foi apenas uma percepção da vontade divina (MACMULLEN, 1971:108). Vontade esta detectada por intermédio da interpretação humana dos sinais que as divindades mandavam. Estes sinais se revelavam na relação do homem com a natureza circundante, por meio de sonhos, prodígios e horóscopos. Para a constituição do culto imperial foram agregados ao centro do poder áugures, harúspices, astrólogos e magos, sempre buscando por intermédio desses saberes o estabelecimento do que Maria Jaczynowska chamou de criação de uma religião da lealdade (JACZYNOWSKA, 1989:159), isto é, a formação de um arcabouço imaginário que garantisse a sustentação do Imperador no poder pela adesão de um número expressivo de súditos.

No que se refere especificamente à astrologia, esta se baseava em saberes matemáticos e astronômicos, desenvolvidos inicialmente para o estabelecimento de calendários agrários e para a determinação de datas para os festivais religiosos. A técnica astrológica desde os primórdios já buscava vincular o mundo humano ao mundo divino.

Desde os Caldeus, desenvolveram-se dois tipos de astrologia: a judicial, na qual os astrólogos formulavam previsões celestes ou meteorológicas para os reis ou cidades, e a baseada na confecção de horóscopos, relativa às características e à fortuna individual (LUCK, 1985:309-310). Os dois tipos interessaram aos romanos, mas foi o segundo que passou a integrar o discurso que justificava o poder imperial dos governantes.

Os contatos estabelecidos entre a astrologia e o poder político no mundo romano sempre foram intrincados, visto que o saber astrológico servia não apenas para auxiliar no discurso e nas práticas que legitimavam o governante, como lhe garantiam ferramentas ideológicas para indicar o sucessor. Segundo Hugo Zurutuza, durante a época dos Antoninos as previsões dos *mathematici* (astrólogos) e dos harúspices tinham apresentado pouco interesse, porque os critérios dinásticos permaneciam estáveis, com a sucessão sendo garantida por indicação e adoção. Com o primeiro dos Severos, buscou-se enfatizar a necessidade de se conhecer a vontade dos deuses para a escolha do novo Príncipe, devido à tentativa de conservação do poder dentro de uma mesma família. Ao indicar os próprios filhos como sucessores, Septímio precisou construir dispositivos eficazes passíveis de fornecerem legitimidade aos próximos governantes pela confirmação da vontade divina (ZURUTUZA, 1998:199-201).

A instrumentalização política da astrologia concorreu, assim, para a manutenção do poder nas mãos de uma mesma *domus* (MARTIN, 1982:9). Para Lellia Cracco Ruggini, isto integra a linguagem de uma teologia política, na qual são utilizados instrumentos aquiescentes de forças superiores, enfatizando-se a dependência do soberano com relação ao mundo sobrenatural, para garantir legitimação filosófica e propagandística à sua *auctoritas* (RUGGINI, 1982:9-11), criando a *fama* (baseada nos rumores) e a *existimatio* (bom nome e reputação frente aos súditos) necessárias para gerar um *consensus civitatis*, como afirmou Zvi Yavetz (YAVETZ, 1974:49 e 65).

Quando os saberes astrológicos escapavam do controle oficial e saíam das salas privadas das casas dos particulares ou dos salões palaciais, deixavam de ser vistos como *bonae artes* e passavam a ser encarados como *externae superstitiones*. Pois a astrologia poderia servir para justificar tanto as ações do governante quanto as ações de seus opositores. Frederick H. Cramer nos fornece um interessante estudo sobre os vários momentos em que os astrólogos foram expulsos de Roma, por meio de editos dos Prefeitos do Pretório, *senatus consulta* ou editos do Imperador (CRAMER, 1967:9-50).

Nos últimos anos de seu governo, o próprio Septímio decidiu proibir as consultas a adivinhos, temendo o encrudecimento da oposição. Segundo Dion Cássio, em 205 d.C., um

homem foi acusado por sua ama de ter lhe contado um sonho, no qual ele se tornava Imperador, e este homem teria empregado algumas artes mágicas para atingir este fim. A ama foi torturada, bem como um escravo doméstico do homem, que era um senador chamado Aproniano, e ambos admitiram ter escutado a narrativa do sonho e o escravo ainda acrescentou que um outro senador calvo tinha participado das práticas mágicas. Houve um processo de traição por adivinhação, Aproniano foi acusado *in absentia*, sem chances de se defender, pois estava na província da Ásia como Governador (Procônsul), sendo imediatamente assassinado. Os senadores ficaram horrorizados, tentando descobrir quem era o calvo cúmplice, numa posição absurda e humilhante. Eles chamaram o escravo e este reconheceu um outro senador, chamado Baebio Marcelino, que tinha sido Edil e era extremamente calvo, que acabou também sendo executado (Dion Cássio, LXXVII, 8.1-9).

De acordo com a *História Augusta*, Septímio decretou a morte de muitos homens que tinham perguntado quanto tempo ia durar sua vida a adivinhos e astrólogos. Suas suspeitas recaíam principalmente sobre os mais capacitados para assumir o poder imperial (HA, Vida de Severo, XV.6). Percebe-se uma preocupação do Imperador em garantir o domínio das práticas públicas sobre as privadas, tentando controlar as consultas sobre a extensão da vida do soberano.

A astrologia, desta forma, balançava entre bom saber e exteriorizada superstição ao bater do vento político. Para Ennio Sanzi, era o medo, o temor de ter danos, que constituía a base do relacionamento entre superstição e religião no mundo romano e não o correto culto aos deuses. Os supersticiosos cumpriam os atos de culto porque eram medrosos e desejavam obter favores para si ou para os próprios filhos, enquanto os religiosos seriam os praticantes que empreendiam de maneira diligente e atenta todas as coisas concernentes ao culto dos deuses apenas para manter a *pax deorum* (SANZI, 2006:21). Contudo, os governantes romanos souberam desde cedo mesclar a superstição com a religiosidade para lhes garantir favores políticos. E o apoio divino ao governo precisava ser divulgado para surtir efeito, por exemplo, por meio da cunhagem, onde o tipo monetário da *Providentia Deorum* parecia onipresente nas moedas do Principado (FEARS, 1977:275).

As consultas astrológicas deviam indicar com certa precisão o que um governante deveria ou não realizar para que as coisas caminhassem a seu favor. Seu sentido e finalidade era deduzir a vontade dos deuses ou realizar as cerimônias necessárias para que o interesse divino fosse suscitado (MONTERO, 1991:7-9). Para que o saber astrológico não se perdesse foram criados manuais de astrologia, como é o caso da obra *Astronomicon* ou *Astrologia*, produzida por *Marcus Manilius*, durante os governos de Otávio Augusto e Tibério. Nesta

obra, Manílio se apropria dos ensinamentos estóicos sobre o Cosmos, partindo do pressuposto de existência de um universo geocêntrico.

Para os estóicos, os corpos celestes eram a expressão da existência de um *logos* cósmico capaz de ordenar todo o universo, pois se moviam de acordo com leis eternas (LUCK, 1985:317). O *Kosmos* seria mantido e imbuído de um *pneuma* inteligente, no qual tudo manteria uma relação de simpatia com todas as coisas (BURKERT, 2001:213). A presciência não traria nem fama nem riqueza em si. Entretanto, se algo de imprevisto acontecesse, o homem poderia ser dominado pelo terror ou teria a serenidade abalada pelo conhecimento súbito do fenômeno. Porém, se estivesse prevenido pela arte da prognosticação, como a astrologia, o homem poderia aguardar o futuro com dignidade, mantendo a *ataraxia* estóica (SELIGMANN, 2002:74-75).

A obra de Manílio ganhou certa fama na Idade Média, quando o Papa Silvestre II, no século X, se interessou por adquirir uma cópia deste escrito. A obra nos chegou dividida em cinco livros. Nos três primeiros, o autor expõe as noções básicas da astrologia, enquanto nos dois últimos, demonstra a ação das constelações zodiacais e das conjunções astrais sobre o caráter dos homens.

Neste poema astrológico estóico, Manílio descreve constelações zodiacais, boreais e austrais, planetas, círculos celestes, cometas, a Via Láctea e, principalmente, o Zodíaco, isto é, um espaço de doze graus onde se encontram os doze signos zodiacais e se movem os planetas. A astrologia de Manílio é fundamentalmente zodiacal, pois sua maior preocupação é estabelecer como os signos exercem influência decisiva sobre os nascimentos. O horóscopo é a conformação de céu no momento do nascimento, fato que influenciará todo o futuro do indivíduo. O que nos chamou a atenção foi a defesa do poder imperial que se estabelece entre a descrição dos fatos astrológicos.

Em toda a narrativa, Manílio ressalta a capacidade de Otávio, a quem a obra é dedicada, de encarnar uma força suprema passível de integrar o Império sob uma mesma égide, porque no seu nascimento seu horóscopo já indicava tal predisposição. Otávio chegou a estampar em suas moedas o símbolo do signo de Capricórnio, o carneiro, para divulgar sua capacitação para o cargo imperial (LUCK, 1985:311-312).

Logo na introdução, Manílio enfatiza:

Com meu poema me proponho a fazer descer do céu conhecimentos divinos e sobre os astros, confidentes do destino, que definem as diversas vicissitudes dos homens e que são obra de uma razão celestial. (...) Este alento e as forças para cantar temas tão elevados quem me dá és tu, César, primeiro cidadão e Pai da Pátria, que governas no universo submetido a veneráveis leis e que mereces, como divino que és, o

céu concedido a teu pai. (...) Após uma prolongada investigação, descobriu-se que os astros dominam com leis secretas, que todo o universo é movido por uma mente eterna que por indícios seguros se põem distinguir as vicissitudes do destino (MANÍLIO, I.1-10; 55-65).

Mais adiante, Manílio defende que os astros e os homens devem ser dirigidos por uma única força divina, que o *genius* imperial representava, sendo o maior legislador na terra e depois no céu (MANÍLIO, I.250 e 385), já se contando com a apoteose de Otávio, de igual maneira como este proporcionou a *consecratio* de Júlio César. O poder para Manílio só se realizava por vontade divina, nunca pela ação da sorte, da mesma forma que o universo girava pela ação deste poder divino (MANÍLIO, I.485-486). Em volta da Terra girariam sete corpos celestes: Saturno, Júpiter, Marte, Sol, Mercúrio, Vênus e Lua (MANÍLIO, I.806-808) e o céu deveria ser dividido em doze áreas, para que o horóscopo pudesse ser formulado. Ao definir os círculos celestes, guardou um para as almas heróicas e para os homens cujos nomes seriam dignos de memória. Dentre eles, indica vários romanos. Ao falar de Otávio, define:

A família Júlia descende de Vênus. Procede do céu e voltará ao céu que será governado por Augusto em companhia de Júpiter através das constelações, contemplará na assembléia dos deuses o grande Quirino. (...) Aquela é a morada dos deuses, esta é a dos que por sua virtude se lhes assemelham (...) (MANÍLIO, I.799-805).

Ao chamar a atenção dos homens para *prodigia*, Manílio adverte que a culpa de todo acontecimento estava nos próprios homens que “não sabem confiar no céu” (MANÍLIO, I.905). As divindades indicavam os caminhos a serem traçados, mas cabia ao homem prestar atenção para identificar a vontade divina. A concórdia aparece, então, como ação fundamental para manter as leis constantes e evitar a guerra civil, como a que contrapôs Otávio a Marco Antônio (MANÍLIO, II.64-65):

O movimento sustenta o universo, mas não o modifica. Desta forma tudo no mundo permanece na devida ordem e obedece a seu senhor. Assim, esta razão que tudo governa dirige os seres vivos por meio dos signos celestes e nos obriga a reconhecer que eles regem as vidas e os destinos dos povos assim como o caráter próprio de cada ser (MANÍLIO, II.80-87).

Ao analisar o signo de Capricórnio, Manílio só ressalta qualidades. Trata-se de signo capaz de gerar a fertilidade (MANÍLIO, II.418), é protegido por Vesta (MANÍLIO, II.445), explicando-se porque Otávio trouxe o culto desta deusa para o interior de Palácio (BAYET, s.d.:193), e domina tudo que precisa do fogo para funcionar (MANÍLIO, IV.244-247), pois é como chama, sempre ardendo, trazendo calor, luz e as pessoas para perto de si. O signo de Otávio é descrito como o mais doce por natureza; os que nascem sob sua ascendência deveriam ser suaves e saber evitar enganos (MANÍLIO, II.612-616). Todavia, os

signos também indicavam influências nefastas, mas as de Capricórnio acabam por auxiliar Augusto. Para Manílio, os nascidos sob este signo teriam tendência a desenvolver atividades bélicas no mar e a cuidar de navios, tarefas que “pouco se diferenciavam da morte” (MANÍLIO, IV.569-570). Entretanto, lembremos que foi exatamente numa batalha naval, a de *Actium*, em 31 a.C., que Otávio venceu as tropas de Cleópatra e Marco Antônio.

Deste modo, segundo Manílio, tudo concorre para um bom governo de Otávio. Até a hierarquia social estava formada e mantida de acordo com o desígnio celeste:

Assim como nas grandes cidades a população é separada em classes, de forma que os senadores obtenham a primazia e no lugar seguinte esteja a ordem eqüestre, com o cavaleiro sendo seguido pelo cidadão médio e este pela massa inativa dos clientes e por fim tenha-se a multidão sem nome, da mesma forma no amplo céu há também uma espécie de Estado, criado pela natureza, que constituiu uma cidade no céu (MANÍLIO, V.734-740).

Essa natureza não poderia dar poder de mando a todos os homens. Manílio afirma que o poder é como uma chama e se a natureza tivesse garantido poder parecido a todos, o éter, que é a parte mais elevada do ar, não poderia suportar o calor dessas chamas, e esses homens ao ascenderem ao céu fariam com que todo o universo ardesse (MANÍLIO, V.743-745). Por isso, a chama/poder só poderia advir de um único homem.

Portanto, da mesma forma como haveria uma ordenação no cosmos, tornar-se-ia necessário criar uma ordenação no mundo humano, e esta deveria ser garantida pela existência de uma força superior, autorizada pelo divino, que exerceria no mundo terreno a mesma orientação estabelecida no mundo cósmico. Como o *logos* formaria as leis que regiam o cosmos, o Príncipe formularia as leis que regeriam a vida humana e, desta forma, manter-se-ia a ordem imperial. A astrologia transforma-se, deste modo, em saber capaz de justificar a ascensão imperial e de captar a adesão dos súditos.

Referências Bibliográficas

- BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília: Edunb, 1982.
- BAYET, Jean. **La Religion Romana**. Madrid: Cristiandad, s.d.
- BURKERT, Walter. **A Criação do Sagrado**. Lisboa: Setenta, 2001.
- CRAMER, Frederick H. *Expulsion of Astrologers from Ancient Rome*. In: **Classica et Mediaevalia**. Vol. 11. Copenhagen, 1967. Pp. 9-50.
- Dio's Roman History**. English translation by Earnest Cary. London: William Heinemann, 1961.

- FEARS, Rufus. *Princeps a Diis Electus*. Rome: American Academy in Rome, 1977.
- JACZYNOWSKA, Maria. *Une Religion de Loyauté au Début de l'Empire Romain*. In: **Dialogues d'Histoire Ancienne**. Vol. 15, n. 2. Paris, 1989. Pp. 159-178.
- LUCK, Georg. **Arcana Mundi**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1985.
- MACMULLEN, Ramsay. *Social History in Astrology*. In: **Ancient Society**. Vol. 2. Leuven, 1971. Pp. 105-116.
- MANILIUS, Marcus. *Astrologia*. Traducción de Francisco Calero y María José Echarte. Madrid: Gredos, 1996.
- MARTIN, Jean-Pierre. *Providentia Deorum*. Rome: École Française de Rome, 1982.
- MONTERO, Santiago. **Política y Adivinación en el Bajo Imperio Romano**. Bruxelles: Latomus, 1991.
- RUGGINI, Lellia Cracco; BROWN, Peter. **Governanti e Intellettuali: Popolo di Roma e Popolo di Dio**. Torino: Giappichelli, 1982.
- SANZI, Ennio. **Cultos Orientais e Magia no Mundo Helenístico-Romano**. Fortaleza: Ed.UECE, 2006.
- SELIGMANN, Kurt. **Magia, Sobrenatural e Religião**. Lisboa: Setenta, 2002.
- SYME, Ronald. *Astrology in the Historia Augusta*. In: **Bonner Historia Augusta Colloquium**. Bonn: Rudolf Habelt Verlag, 1976. Pp. 291-301.
- The Scriptorum Historiae Augustae*. English translation by David Magie. London: William Heinemann, 1953.
- YAVETZ, Zvi. *Existimatio, Fama and the Ides of March*. In: **Harvard Studies in Classical Philology**. Vol. 78. Cambridge, 1974. Pp. 35-65.
- ZURUTUZA, Hugo Andrés; BOTALLA, Horacio. **Centros e Márgenes Simbólicos del Imperio Romano**. Buenos Aires: UBA, 1998.